

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

OS PARTIDOS POLÍTICOS NO MARANHÃO: ORIGENS E ORGANIZAÇÃO (1838-1855)

Edyene Moraes dos Santos¹

Resumo: O arranjo partidário no Maranhão no século XIX acompanhou o emaranhado de contextos complexos que fizeram parte do processo de organização do Estado Nacional. Mesmo com as tentativas de enquadramento em um modelo que seguia as tendências políticas da Corte e sob tutela do sistema liberal, os partidos políticos locais desenvolveram uma forma peculiar de atuação e de autoidentificação. As especificidades dessas agremiações na província advinham de um cenário cujas prerrogativas agregavam a presença maciça de famílias abastadas e sua rede clientelística nas posições de mando mais importantes localmente e o contexto, primeiramente, de vácuo do poder central durante as Regências, e, em segundo plano, das disputas em torno dos presidentes de província. Dos enfrentamentos do período Regencial que forjaram, durante a revolta da Balaiada, os partidos Bem-te-vi e Cabano, passando pelos primeiros anos do Segundo Reinado até as repercussões da proposta de Conciliação na década de 1850, esses organismos partidários adquiriam feições heterogêneas e adaptativas em acordo com o modo particular de construir a política partidária no Maranhão.

Palavras-chave: partidos, política, Império

Introdução:

O processo de formação dos partidos políticos no Maranhão esteve intimamente ligado ao quadro geral do Império. No entanto, embora as formações políticas tenham buscado essa vinculação com centro, ao longo das décadas de 1830, 40 e 50, sobressaíram-se as especificidades da cultura política da província e as relações partidárias se processaram conforme os interesses das elites locais². Nessa miscelânea de fatores, o que mais se destaca é o poder das famílias abastadas e sua capacidade de formatar os partidos então atuantes no cenário provincial³. Para essas agremiações

¹ Mestra em História, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis), docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA- Campus Codó); e-mail: edyenemoraes@gmail.com.

² Coadunamos com a conceito utilizado por Arthur Roberto Germano (2016, p.54) para caracterizar as elites locais: “A fração da elite que chamei de “elite política maranhense” é aquela que tem a proeminência política e capacidade decisória para determinar quem disputará os cargos do governo central (deputados e senadores). É ela, também, que dará o apoio considerado fundamental para a condução dos negócios na esfera provincial, ajudando a eleger os deputados para a Assembleia Legislativa Provincial. Essa elite também tinha suas divisões internas tanto entre grupos (Bemtevis vs Cabanos) como intra-grupo (divisões entre liberais). A partir dos quadros, tento demonstrar como os grupos se organizavam a partir das lideranças.

³ Para o historiador Yuri Costa (2019, p.158): “No período de maior estabilidade da política oitocentista, a já referida segunda metade do século XIX, manteve-se a tradição familiar no cenário político da província.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

partidárias, de 1838 a 1855 foram se processando contextos distintos, mudanças motivadas pelos objetivos e ambições dos grupos sociais envolvidos e desejo de contrabalancear as aspirações locais dentro de um contexto central.

Os estudos sobre partidos políticos nos Oitocentos⁴ ainda são bastante tímidos se tomamos por medida as pesquisas sobre esse mesmo tema votadas para o período republicano brasileiro (LAMOUNIER & KINZO, 1981, p. 301-310). A desconfiança sobre se as organizações políticas do Império de fato configuram as características que as equiparam ao conceito de partido político como o lugar da mediação entre sociedade e o governo (BERSTEIN, 2003, p. 60) ainda paira sobre uma parte da historiografia dedicada ao tema. Entendemos que o Oitocentos logrou para a posteridade não apenas a origem dos partidos, mas foi precursor do modelo que foi aperfeiçoado ao longo do tempo, passando por diversas etapas de adaptação aos princípios da filosofia liberal que o Brasil independente desejava reproduzir em seu território⁵. Baseados no padrão político europeu, os partidos oitocentistas possuíam características próprias adaptáveis ao

Nesse sentido, há consenso entre os historiadores de que algumas linhagens foram predominantes no Maranhão imperial. Entre os conservadores, destacaram-se as famílias Viveiros, Mendes, Sousa e Cerveira. Já do lado dos liberais, predominaram os Costa Ferreira, os Franco de Sá, os Ribeiro e os Serrão. “

⁴ O historiador Marco Morel (2003, p.412) que apresenta uma caracterização dos grupos partidários no Oitocentos: “Um partido político, no sentido em que essa expressão era usada na primeira metade do século XIX, era mais do que simplesmente tomar um partido ou posição e constituía-se em formas de agrupamento que poderiam ocorrer em torno de um chefe ou líder (que se relacionava com seus públicos e círculos de influência), articulavam-se por meio de palavras de ordem e de órgãos da imprensa, delimitavam-se em determinados espaços associativos ou de sociabilidade (ainda quando informais) e mobilizavam-se com base em interesses ou motivações específicas de cada momento, além de se delimitarem por localidades, obediências ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes. E tais agrupamentos eram, em geral, identificados por rótulos ou nomeações, pejorativos ou não.

⁵ Marco Morel (2003, p.409) delinea sobre as inconstâncias historiográficas que cercam a cultura política do Brasil nos Oitocentos e, especialmente da primeira metade do século. Acreditamos que essas indefinições legaram para o período das Regências e o Segundo Reinado algumas das incertezas do Império para a construção de um Estado nacional desejoso da modernidade e da construção de uma sociedade civilizada, mas profundamente enraizada de suas origens coloniais, embora empenhada a adaptar um conjunto de regras de liberalismo europeu à uma realidade sensivelmente precária. Morel nos diz: “É tarefa complexa classificar as tendências políticas do Brasil da primeira metade do século XIX. Alguns já se aventuraram por este caminho e os resultados nem sempre são afinados entre si. Um conjunto de abordagens, por exemplo, aponta para a homogeneização, uma vez que as elites políticas estariam unificadas e delimitadas, em sua maioria, pela escolha da monarquia, da unidade territorial brasileira e pela manutenção da escravidão. Perspectiva que se aproxima dos que buscam explicar as manifestações políticas como reflexos diretos de uma instância econômica, quando a política aparece sempre e necessariamente como subordinada à lógica de atividades da economia. Numa percepção diametralmente oposta, há os que chegam a confundir grupos ou posições individuais com “correntes de pensamento”, o que gera uma multiplicidade enganosa de posições.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contexto, assim como nutriam as especificidades de um país cujas instituições ainda se encontravam em processo de formação.

No caso do Maranhão, essas organizações oitocentistas atuaram de acordo com um contexto em que o poder se concentrava em torno das famílias abastadas da província e o desejo de estar inserido em plano mais central contrastava diretamente com as vicissitudes locais e os vícios de uma política processada em um ambiente frequentemente convulsionado. Foram, mesmo não sendo um item da administração imperial previsto na Constituição, o meio pelo qual as elites políticas acessavam de forma mais efetiva os cargos públicos da burocracia estatal e os postos no poder legislativo.

Embora a historiografia tradicional simplifique os modelos partidários em torno do partido Bem-te-vi, identificando-o como o representante do Partido Liberal no Maranhão, e o Partido Cabano, como a reprodução do Partido Ordeiro ou Conservador, as fontes, no entanto, apontam uma análise muito mais complexa e diversificada. Cabanos e Bem-te-vis, forjados a partir dos acontecimentos da Balaiada vão, ao longo das décadas de 1840 e 50, ressignificar a própria noção de organização partidária, adotando múltiplas identidades políticas à medida que novos desafios e adversários se somavam à conjuntura local. Os conceitos atrelados aos partidos Liberal e Ordeiro (Conservador) ganham no Maranhão oitocentista uma outra amplitude, alimentada por uma noção particularizada do fazer político, numa narrativa que, em alguns momentos, tenta equiparar-se ao cenário nacional e, em outro, busca soluções caseiras para as questões mais urgentes da política local.

A identificação ideológica, seus programas e formas de nomeação desses grupos, representava apenas uma camada dentre várias outras nuances sinalizadas pelas fontes. Cabanos poderiam, por exemplo, identificar-se com o discurso do partido Liberal; Bem-te-vis, por sua vez podiam declarar-se inimigos do mesmo partido Liberal e, ambos, travaram batalhas contra o partido da Liga Maranhense e a ideia, para eles, inconcebível, da existência de mais de dois partidos na província. O aparecimento da Liga Liberal Maranhense e várias tentativas de conciliação entre esses partidos, as lutas por cargos na burocracia, as disputas eleitorais e a guerra de narrativas na imprensa apontam para uma análise intrincada, porém representativa do momento de construção das instituições políticas durante o Segundo Reinado.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

No Jornal de Tímon, o jornalista e político João Francisco Lisboa faz, em sua narrativa irônica, um resumo do que entendia sobre o contexto dos partidos no Maranhão. Mesmo considerando um certo exagero na descrição, ao analisar o caminho percorrido por esses grupos ao longo do nosso recorte temporal, é possível identificar algumas características do comportamento político e das estratégias partidárias na província:

Nesta heroica província, a contar da época em que nela se inaugurou o sistema constitucional, os partidos já não têm conta, peso, ou medida; tais, tantos, de todo tamanho, nome e qualidade têm eles sido (...) mas é certo que nestes últimos tempos a ciência e a faculdade de engendrar partidos tem sido levada a um grau de perfeição e fecundidade verdadeiramente fabuloso. (...) Já a mão do tempo e do esquecimento vai pesando sobre as primeiras divisões que entre nós produziram as ideias políticas modernas; é de crer porém que nos primeiros tempos os partidos adversos fossem só dous, um em frente do outro. Hoje um mecanismo tão simples não pode satisfazer à multiplicidade dos chefes em disponibilidade, e por isso a cada nova complicação da política provincial, aparecem novos partidos, não se sabe de onde saídos, e como organizados. Às vezes uma só noite tem visto um partido escachar-se ao meio, e um dos troços ligar-se ao partido contrário para se tornar a se parar com violência e estrondo dentro de poucos dias. (LISBOA, s/d, p. 109)

Em fins da década de 1830, a instabilidade motivada pelas lutas do período Regencial e a repercussão da Balaiada, desencadearam no Maranhão crises econômicas e disputas pelo poder local entre as famílias mais abastadas da província engendrados como membros ativos dos partidos Bem-te-vi e Cabano. Esses grupos se autointitulavam representantes dos partidos Liberal (Bem-te-vi) e Conservador, Ordeiro ou Saquarema (Cabanos). A rivalidade, motivada principalmente pela revolta e pela necessidade de manter-se nos postos de mando, é descrita por Dunshe de Abranches (2012) a partir do tratamento que dirigiam um a outro: “para os liberais, os cabanos não passavam de “uma récuca de puças e marotos”. No dizer dos conservadores, o partido bem-te-vi era composto do “sabujo social formado por cabras e calhambolas.” Essa profusão de partidos a que se refere João Lisboa na citação acima, pode ser tomada como uma observação a respeito do período a que direciona sua análise: a década de 1840. Nesse período, Cabanos e Bem-te-vis, em crise e extremamente enfraquecidos após o fim da Balaiada, passam por uma série de rupturas internas e, sustentados pelas famílias, procuram estratégias de sobrevivência.

No início dos anos 40, segundo Maria de Lourdes Mônaco Janotti (1991, p.70), no Maranhão após a Balaiada “as antigas lideranças foram substituídas; do poderoso partido Cabano pouco restava; e o exaltado partido Bem-ti-vi desaparecia, amedrontado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pela violência da repressão.” Arthur Germano Santos (2016, p.88), segue pela mesma perspectiva ao afirmar que “a Balaiada esfacelou e enfraqueceu os partidos (ou grupos políticos?) maranhenses”. Entendemos que houve um significativo abalo no poder dos partidos, mas não referendamos a ideia de extinção dos mesmos. Em nossa análise, o que sustentou os partidos políticos no poder foi a presença em sua estrutura das famílias mais importantes localmente. O historiador Flávio Reis⁶ (2007, p.53-54) aponta que há, de fato, um enfraquecimento dos grupos partidários no pós-Balaiada, mas também contou com a divisão das famílias em nichos políticos que iriam, na década seguinte, reger a vida da província e a partir de sua influência e dos convênios que conseguiu estabelecer.⁷

Desses clãs, as mais destacadas respondiam pela maior parte do poderio socioeconômico da província, seja na ocupação do grande latifúndio de exportação, seja no comércio e destas, sobressaíam os Franco de Sá e os Jansen. Para a ampliação desse poder, existia a necessidade de agregar a força política representada pelos cargos eletivos e públicos. O jornal A Crônica Maranhense descreve o poderio dos Franco de Sá, originários da cidade de Alcântara e até o início da década de 1840 alinhado ao partido Liberal:

Se não existisse opressão, a influência dos senhores Sás é pelo menos manifesta; mas dessa de devem eles honrar porque têm todos os títulos legítimos para exercê-la. Família numerosa, riqueza, talentos e alianças pelos laços de parentesco, amizade, e de conformidade de ideias políticas, com outras famílias que se acham na mesma posição, como sejam as dos Ribeiros,

⁶ Segundo Flávio Reis (2007, p. 49), contexto de formação das elites políticas no Maranhão obedeceu à sucessão de fases que ajudaram a delimitar os papéis dos grupos na construção das estruturas político-administrativas da província: “A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta um extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, economicamente as mais significativas. Neste momento, não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clãs exerciam os postos de mando como atividade subsidiária. No segundo período, a partir das décadas de 1850 e 1860, iniciou-se uma situação mais clara de definição dos atores políticos e de afirmação de um padrão de carreira política.

⁷ Flávio Reis (2007, p.53-54), delimita que: “Ao fim da Balaiada observa-se a fragmentação ainda maior dos antigos grupos políticos cabanos e bem-te-vis. Estes últimos tinham três facções fortes: os Franco de Sá (família de proprietários rurais de Alcântara); os Jansen Pereira (donos de terras e comerciantes estabelecidos em S. Luís); e a de Ângelo Carlos Muniz (grande proprietário). Do lado cabano, o núcleo familiar mais importante era o dos Viveiros, comerciantes e fazendeiros de Alcântara. Nos municípios, chefes políticos passaram de um lado para outro ao sabor das mudanças ocorridas em 1841/44 (domínio conservador) e 1844/48 (primeiro quinquênio liberal). No segundo destes momentos, Joaquim Franco de Sá, nomeado presidente da Província em 1846, organizou uma coalizão para dar sustentação ao seu governo, com o predomínio de liberais, mas com a presença também de alguns conservadores.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Costas Ferreiras, Costas Leites... Ora, todas estas famílias possuem em propriedade grande parte do território da comarca...”⁸

Há nos anos 40 um maior destaque sobre a ideia que a presença dos partidos na província representaria um dos símbolos da manutenção da ordem liberal. Nesse período existe, inclusive, uma propulsão de jornais e pasquins dedicados aos partidos e interessados no convencimento da opinião pública sobre a importância. A movimentação em torno das questões políticas se tornou notória com o aparecimento da Liga Liberal Maranhense em 1846 por ocasião da presidência de Joaquim Franco de Sá, membro da prestigiosa família alcantareense. Franco de Sá tinha por objetivo reunir os demais partidos em torno de uma única coalizão, amparado na ideia de conciliar, civilizar e apaziguar as relações entre as elites políticas locais⁹. No entanto, conseguiu o efeito contrário: Cabanos e Bem-te-vis que não aceitaram compor no novo partido, passaram a combater as ações do presidente de província e paz tão almejada fora seriamente ameaçada. O jornal O Observador, de 1847, faz um resumo das impressões da Liga na visão dos adversários:

Será pois uma das nossas mofinas – o saber qual o partido da liga – para que todos os maranhenses conheçam, vejam, e combatam esse grupo imoral, e indiferentista que escudado na Presidência, a quem serve e à sua família, procura avassallar a província. Queremos saber qual o partido da Liga para denunciá-la a província e ao Brasil inteiro, como uma facção levantada pela Sr. Franco de Sá, cuja rigidez de princípios o Brasil tem apreciado; facção cujos fins consistem no arranjo de alguns indivíduos, o principal em firmar o domínio exclusivo da família Sá nesta província, contra o qual devem resistir as famílias do Maranhão, porquanto sobretudo convém, que todos conservem e mantenham o devido equilíbrio e igualdade. Guerra pois – ao indiferentismo político, ao traficantismo, e acima de tudo ao domínio exclusivo da família dominante, de quem os nossos suíços são humildes vassallos.¹⁰

⁸ CRÔNICA MARANHENSE, 16 de abril de 1840, n.º 229, p. 918

⁹ Para Henrique de Paula Borralho (2009, p.96), o processo de formação da Liga possuía a seguinte constituição: “a formação Liberal com perfis mais definidos congregou-se em torno da Liga Progressista fundada em 1846, na administração de Joaquim Franco de Sá, natural da cidade de Alcântara. A liga era composta por “Bem-te-vis”, “Marrecos” e “Luzias”, árdios defensores de idéias republicanas e franco opositores dos monarquistas, defensores do “legitimismo português”, também chamados de “Estrelas”, “Saquaremas” e “Cabanos”, signatários do Partido Conservador, fundado por Silva Maia, também alcantareense, em 1862. Compunham a Liga Progressista: Franco de Sá, Barão de Grajaú, Carlos Fernando Ribeiro, Dias Vieira, Costa Ferreira, Nunes Gonçalves, Francisco Furtado, Fábio Alexandrino Reis de Carvalho, Isidoro Jansen Pereira, Antônio Henriques Leal, Coutinho Vilhena, Tavares Belfort, Almeida Oliveira, Paula Duarte, Joaquim Serra, Antônio Rego, entre outros. “A direção dos Conservadores, de princípio ficou com o dr. José da Silva Maia, secundado por Gomes de Castro, Vieira da Silva, Cândido Mendes, Dias Carneiro, Heráclito Graça; por fim, com a cisão partidária provocada em 1877 por Vieira da Silva, separando-se “maistas” e “castristas”, a hegemonia foi, à proporção que envelhecia Silva Maia, passando às mãos de Gomes de Castro”

¹⁰ O OBSERVADOR, quinta-feira, 18 ago. 1847, n. 4, p. 03

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A Liga, não apenas planejava conciliar as vontades políticas como unir os poderes das duas mais poderosas clãs da província. Na outra ponta desse projeto, a família Jansen, liderada por sua matriarca, Ana Joaquina Jansen Pereira e seu filho Isidoro Jansen Pereira, havia até aquele momento transitado em todos os partidos locais. Cabano na década de 30, viu o enfraquecimento do partido motivar sua debandada para o partido Liberal e, anos finais de 1840 incluir-se entre as fileiras da Liga Maranhense. A conveniência das trocas partidárias se dava muito mais por convicções particulares que por ideologias políticas. A formação de ligas, por seu turno, pareceu ser uma característica do percurso político maranhense e é possível encontrar nos jornais do período uma quantidade significativa de artigos referendando a ideia de que as agremiações partidárias e as famílias que os representavam, procuravam articular “coligações” sempre que havia uma ameaça ao poder estabelecido, como é possível ler no jornal O Unitário em 1846:

“Como fazemos parte de um partido político, o partido da ordem, diremos nossa opinião sobre essa liga, feita, consummada, ou ainda por fazer, segundo diz A Revista. Entendemos que na actualidade a liga do partido ordeiro com qualquer das fracções bahianas ou jansênicas, sobretudo não renegando os princípios, que dizem [que] seguem é não só impolítica, mas prejudicialíssima ao partido. Queremos crer que há uma irreversível tendência no Maranhão para essa liga com os Jansens, porem nos parece que é jogar com alguma leviandade os interesses, a posição, e o futuro do partido ordeiro, contratar-se tal liga sem serem ouvidos os cabanos e influentes do interior que representam os seus círculos. Qual será, examinemos em primeiro lugar o lucro de uma tal liga? - vencer a eleição de 4 deputados à Deputação Geral – é um sucesso mui duvidoso.¹¹

As tentativas de conciliações, diferente do contexto em que se sugeriu a conciliação entre os partidos na Corte na década de 1850, sugiram no Maranhão como sintoma do aprofundamento das crises e a necessidade dos grupos envolvidos em combater um inimigo comum. No período em questão, a agitação trazida pelo advento da Liga Maranhense colocou em pauta a possibilidade de conciliação entre Cabanos e Bem-te-vis com o propósito de derrotar o grupo dos Franco de Sá e Jansens nas eleições. Mas nem sempre as tentativas de harmonizar os partidos mostravam-se frutíferas. O que não representava ganho imediato aos grupos envolvidos nem sempre recebiam crédito. A manobra de Joaquim Franco de Sá em ampliar seu poder familiar agregando outros partidos e famílias antes adversárias encontrou bastante resistência nos círculos políticos locais. O objetivo de Franco de Sá, ao contrário do apregoava, fora completamente

¹¹ O UNITÁRIO, sábado, 17 de out. 1846, n.28, p. 01

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

frustrado. A conciliação por meio de uma liga ocasionou cisões tantos nos partidos quanto nas famílias. O jornalista e político Candido Mendes de Almeida em carta a Figueira de Melo, escancara os pormenores da conjuntura:

“O resultado desta conciliação é que nossos[?] muitos dirigentes Cabanos não quiseram anuir[?] a tal Conciliação, hoje Liga, uns por ciúmes, outros por não descobrirem frente nela, outros por afinco de princípios, e não terem confiança no Sá, que tem feito o papel que sempre costuma, a manobrar, tergiversar, e iludir, a prometer, faltar –; por isso a liga hoje a pura da costa dos partidistas dos Jansen, grande partidos dissidentes (círculo de Lisboa), alguns Cabanos (o círculo do Sotero, Lopes [sic]) e nada mais. No interior este modo de proceder, da parte daqueles que deviam ser fiéis procuradores e defensores do [pa]rtido, tem indignado a muita gente, que notam [sic]cido que os Sr.es gazeteiros só tratam de seu [sic] curam daqueles que tendo constantemente acompanhado o partido são desamparados aos seus algozes, classificados pelo Sá, e gente do Progresso como influências mais honestas[?] e legítimas!¹²

O período eleitoral era, por definição, o momento de maior acirramento das rivalidades partidárias. A perda de vagas na Assembleias Legislativa e Geral significava um momento de incertezas para o futuro político dos partidos. Além das tentativas de formar convênios com o anteriormente partido adversário, o processo eleitoral também era responsável por desencadear uma série de denúncias de fraudes e violências que ocorriam principalmente na fase primária. O sufrágio no Maranhão possuía características que desafiavam a tão proclamada ordem e civilidade que formava o discurso da filosofia liberal que os agentes diziam seguir para a formação do Estado nacional. Eram inúmeras as denúncias na imprensa sobre as várias modalidades de fraudes que colocavam em xeque a idoneidade do processo. Fraudes e violência andavam juntos e eram resultado de uma conjunção de fatores: ambição dos partidos, estratégia do governo e desorganização das etapas do pleito. O jornal O Argos Maranhense nos apresenta um quadro detalhado do momento:

O systema de fraudes e de violências, exercidas contra o povo nos actos eleitorais, produziu em fim seu resultado. As eleições de 27 de abril foram um protesto solemne contra o despotismo que nos comprime e esmaga. As igrejas estiveram completamente hermas. Ninguém votou. Populares, Saquaremas e Bemtevis abstiveram-se igualmente de auctorisar com sua presença essa farça, que fora ridícula, se não custára tanto sangue, a que vulgarmente na nossa terra se dá o nome de Eleições. Parabéns, maranhenses! Comprehendem enfim que as vossas liberdades estão confiscadas. (...) As Eleições, em todo o Brazil, há muitos annos não passam de jogo cruento de astucias, de mentiras, de dolos, de violências e de vinganças. No Maranhão este jogo toma um character ainda

¹² ALMEIDA, Cândido Mendes de. Carta a Figueira de Melo tratando de assuntos políticos e pedindo proteção para o irmão do remetente. Maranhão, 13/03/1847. Orig. Ms. 3p. Série Correspondência recebida. Fundo/Coleção Figueira de Mello. I 29,27,038. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mais horrendo, mas bárbaro e mais violento. Populares ou Ligueiros, Saquaremas ou Bemtivis ninguém vota. Uma turba de caceteiros, estipendiados pelo partido do Governo e protegidos pela força e autoridades públicas, invade ordinariamente as igrejas, empossa-se delas, expulsa e persegue atrozmente o bando de caceteiros do partido contrário, até algumas vezes mete a cidade a saco, enquanto dous ou três chefes do partido, que os assalaria, enchem as urnas de listas, que elles próprios fizeram, e escrevem uma coisa a que chama acta. Não há apuração; e para quê, se não há votantes? Os massos de listas que pejam as urnas, só ali se depositam por mera formalidade, quase por escarneo. Se algum cidadão do próprio partido dominante tem a simplicidade de ir votar, a sua lista é confundida num montão de listas falsas, que enchem a urna, e quer concorde com as que lá estão; quer dellas discorde, não altera com esse único o voto o resultado da Eleição, calculado e previsto pelos fabricantes de actas falsas. O Governo triumphá sempre.¹³

Para José Murilo de Carvalho (2003, p. 401), os princípios que orientavam as eleições no Brasil deviam obedecer a alguns critérios essenciais como a definição de cidadania; a representação das minorias, garantindo que partidos e facções não usurpassem do poder, monopolizando-o; e o cuidado para impedir a extrema influência do governo e da iniciativa privada. A província do Maranhão desafiava a ordem ao transformar esses três aspectos em mera teoria. Com exceção da questão da cidadania, obedecida à risca pois além de ser uma diretriz constitucional, ainda era a fórmula que impedia o acesso das classes subalternas aos cargos eletivos e à maior parte dos postos da administração pública¹⁴, os demais passavam despercebidos em meio às estratégias de ampliação do poder dos grupos familiares e partidários envolvidos no pleito.

O periódico *O Argos Maranhense* continua com sua lista de vícios que impregnavam o período das eleições na província relacionando sobre respeito das demandas negativas que eram de responsabilidade do governo e que inevitavelmente atingiam os partidos. A perseguição aos adversários não foi uma prerrogativa apenas das organizações partidárias, segundo os jornais. Ao governo cabia sua cota de estratégia para barrar a vitória dos opositores, assim como impedir a disseminação das ideias contrárias

¹³ O ARGOS MARANHENSE, quinta-feira, 1º de maio de 1851, n. 18, p. 01

¹⁴ Sobre esse aspecto a respeito das classes baixas estarem à margem dos acontecimentos políticos, João Francisco Lisboa (s/d, p. 134) reflete nas páginas do *Jornal de Tímon*: “tempos houve em que os homens de cor, os pobres, os operários, os patuléis enfim, acudiam às eleições tão possuídos de entusiasmo como de desinteresse, se não mais ilustra dos; e lançado o voto nas urnas conforme as suas afeições ou ilusões, voltavam ao cabo de dous ou três dias, quando muito, aos seus trabalhos ordinários, sem imaginar que o simples exercício de um direito se pudesse converter em um ofício ou benefício rendoso. Foram as classes superiores que lho ensinaram, sem pensar por seu turno quão pesados e incômodos lhes viriam a ser para o diante estes voracíssimos auxiliares”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

à ordem estabelecida encabeçada especialmente pelo presidente de província com a perseguição dos redatores dos jornais mais combativos do período:

Se o partido da Opção reclama, não é atendido. As mesmas auctoridades accusadas informam em seu próprio favor e são cridas piamente pelo Governo que todo o interesse em dar-lhes crédito. Se o partido da Opção faz as suas Eleições em separado, as suas actas são sempre reputadas falsas, e os seus votos havidos por nullos. Se o partido da Opção tenta opor força contra força, caceteiros contra caceteiros, a tropa intervem, e a sua gente, metralhada, dispersada e presa, é processada e condemnada por juizes dependentes do Governo, por partidários furibundos e vingativos. Se o Governo supõe d'antemão encontrar resistências nas massas populares, três meses antes das Eleições recruta ou prende sob pretexto de recrutamento a quantos homens do povo supõe lhe serem infensos.¹⁵

Com fim da Liga Maranhense em 1847, o quadro partidário adquiriu novas nuances. O enfraquecimento dos partidos se manifestou por meio de cisões e de um aprofundamento das crises políticas da província. O partido Cabano em fins e 1840 e primeira metade dos anos de 1850 reduziu-se a meia dúzia de entusiastas, perdendo expressividade e no espaço representativo nas eleições. O partido Liberal/Bem-te-vi particionou-se, tornando-se grupos distintos e naquele novo contexto, rivais. Enfraquecido, o Bem-te-vi passou a ser conhecido pela alcunha de partido da Estrela e utilizava ferozmente os seus jornais para apresentar suas diferenças ideológicas em relação a seu antigo hospedeiro. Os membros remanescentes dos Cabanos utilizavam-se cada vez mais do epíteto dos partidos da Corte, adotando a identidade de Saquaremas ou Conservadores. No campo das ideias que, por excelência, para esses organismos se manifestava por meio da imprensa, acabavam reproduzindo uma realidade ora crua, ora pretenciosa, mas extensamente rica sobre o percurso dos partidos políticos no Maranhão.

Considerações finais:

A vida partidária na província do Maranhão esteve nas duas margens de um processo que incluía a construção de uma esfera político-administrativa centralizada no Rio de Janeiro e a convivência com as especificidades de uma política local baseada nos valores privados e enraizadas em suas origens coloniais. Se na primeira metade do século XIX, os poderes políticos das elites locais concentravam-se nas mãos das famílias, engendradas no processo de emancipação política do país e, no caso do Maranhão,

¹⁵ O ARGOS MARANHENSE, quinta-feira, 1º de maio de 1851, n. 18, p. 01

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

inicialmente a recusa em dar aval à Independência, durante a Regência e o Segundo Reinado essas famílias foram aderindo à ideia dos partidos políticos e, a partir da instrumentalização desses, mantendo suas posses e privilégios.

Não é tarefa fácil caracterizar as formações partidárias no Maranhão do Oitocentos. A complexidade do contexto aliado à profusão de identidades partidárias, grupos familiares em disputa, volumosas narrativas na imprensa, crises sociais e econômicas e uma ética política duvidosa, tornam esse objeto rico, porém de difícil análise. Esta é uma breve amostra das possibilidades de análises que esse tema, tão pouco explorado pode legar para a historiografia maranhense e brasileira.

Referências

Fontes

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Carta a Figueira de Melo tratando de assuntos políticos e pedindo proteção para o irmão do remetente. Maranhão, 13/03/1847. Orig, Ms. 3p. Série Correspondência recebida. Fundo/Coleção Figueira de Mello. I 29,27,038. Manuscrito. Biblioteca Nacional.

CRÔNICA MARANHENSE (1840)

O ARGOS MARANHENSE (1851)

O OBSERVADOR (1847)

O UNITÁRIO (1846)

Bibliografia

ABRANCHES, Dunshee. O Cativo. São Luís: AML, 2012, p.79.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política* (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 60

BORRALHO, Henrique. A Athenas Equinocial. A fundação de um Maranhão no império brasileiro. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2009, p. 96

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 401.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COSTA, Yuri. ESCALAS DE PODER: grupos políticos no Maranhão oitocentista e sua relação com a Corte do Império. *Outros Tempos*, vol. 16, n. 27, 2019, p. 141 - 161.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 70.

LAMOUNIER, Bolivar; KINZO, Maria D. Partidos políticos, representação e processo eleitoral. In: FLEISCHER, David V. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981 (v. 01), p. 301-310.

MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijú; Fapesp, 2003, p. 409-412

REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2007, p.53-54.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma História de Partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857)*. Dissertação de mestrado Guarulhos, 201, p. 88